

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM ESCOLAS MUNICIPAIS DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO NO ESTADO DO TOCANTINS

CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR ANTI-RACIST EDUCATION IN MUNICIPAL SCHOOLS IN THE BICO DO PAPAGAIO REGION IN THE STATE OF TOCANTINS

Luciana da Silva de Araújo ¹
Patrícia Medina ²

Resumo: Este artigo apresenta resultado de pesquisa vinculado à linha de pesquisa Instrumentos de Acesso à Justiça e Tutela de Direitos, subárea Direitos Humanos e Educação e projeto EducaDH, do Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu do Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, da Universidade Federal do Tocantins e Escola Superior da Magistratura Tocantinense, com aprovação do Conselho de Ética Parecer nº 6.051.298. Pesquisa com abordagem qualitativa, cujos dados foram coletados por meio de questionário aplicado ao professores articuladamente com análise dos Projetos Político Pedagógico (PPPs) de seis unidades escolares de Ensino Fundamental Anos Iniciais, cidades essas que estão localizadas na Região do Bico do Papagaio, estado do Tocantins – Brasil, com o propósito de identificar e compreender as dificuldades enfrentadas pelos professores do Ensino Fundamental Anos Iniciais na abordagem da temática étnico-racial em sala de aula. Os resultados apontaram que as unidades escolares promovem discussões acerca das relações étnicos raciais, no entanto o debate e as ações de promoção da educação antirracista necessitam ser fortalecidos afim de se tornarem rotina no âmbito escolar de modo a cumprir as determinações legislativas e o direito humano.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais. Formação Continuada. Racismo. Currículo. Região do Bico do Papagaio.

Abstract: This is a technical report resulting from research linked to the research line Instruments for Access to Justice and Protection of Rights, subarea Human Rights and Education and EducaDH project, of the Stricto Sensu Graduate Program of the Professional and Interdisciplinary Master's Degree in Jurisdictional Provision and Human Rights, from the Federal University of Tocantins and Escola Superior da Magistratura Tocantinense, with the approval of the Ethics Council Opinion nº 6,051,298. Research with a qualitative approach, whose data were collected through a questionnaire applied to the teachers articulated with the analysis of the Pedagogical Political Projects (PPPs) of six school units of Elementary ducation Years Initials, cities that are located in the Region of Bico do Papagaio, state of Tocantins – Brazil, with the purpose of identifying and understanding the difficulties faced by elementary school teachers in the initial years in approaching the ethnic-racial theme in the classroom. The results showed that school units promote discussions about ethnic-racial relations, however the debate and actions to promote anti-racist education need to be strengthened in order to become routine in the school environment in order to comply with legislative determinations and human rights.

Keywords: Education of Ethnic-Racial Relations. Teacher Training. Racism. Teacher Education. Racism. Bico do Papagaio Region.

-
- ¹ Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Superintendência Regional de Educação de Tocantinópolis (SRET), Tocantinópolis –TO, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1988799301192113>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9186-1516>. E-mail: lucianaaraujo383@gmail.com
 - ² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora adjunto da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, bolsista - FAPTO da Fundação Universidade Federal do Tocantins, Palmas –TO, Brasil. Lattes: [lattes http://lattes.cnpq.br/2860664409387797](http://lattes.cnpq.br/2860664409387797) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2110-1989>. E-mail: patriciamedina@mail.uft.edu.br

Introdução

A motivação inicial para a realização deste trabalho surge das experiências vivenciadas enquanto professora do Ensino Fundamental Anos Iniciais. Durante atuação nessa etapa da educação, foi possível presenciar situações em sala de aula em que a questão do racismo e da discriminação não recebeu a devida atenção e abordagem adequada. Essas experiências despertaram a necessidade de investigar e compreender melhor as dificuldades enfrentadas pelas professoras e professores ao lidar com a temática étnico-racial em sala de aula.

O preconceito racial tem um impacto significativo no psicológico das pessoas, sejam elas adultas ou crianças, deixando marcas que podem perdurar por toda a vida. Reconhecer e enfrentar essas questões é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, muitas vezes os educadores se veem despreparados para lidar com os conflitos e desafios relacionados à temática étnico-racial, o que pode resultar em abordagens inadequadas ou mesmo na omissão do tema. Trabalha-se como principal hipótese que a falta de conhecimento e de estratégias adequadas para abordar a diversidade étnico-racial em sala de aula pode ser um dos principais obstáculos enfrentados pelas professoras da região investigada. Essas dificuldades podem estar relacionadas à falta de formação específica nessa área, à insegurança em lidar com as situações de discriminação e ao receio de abordar um tema sensível de forma errônea.

De acordo com Almeida (2019), há três concepções do racismo: 1) o racismo individual, que trata o racismo como uma atitude do indivíduo que pode ter um problema psicológico e comportamental; 2) o racismo institucional, que considera o racismo apenas o resultado de um mau funcionamento das instituições; 3) o racismo estrutural que tem o racismo como normalidade, funcionando tanto como uma ideologia quanto como uma prática de naturalização da desigualdade. Portanto, além de medidas que reprimam as formas de racismo é necessário refletir sobre as mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnicas Raciais (2004), a educação das relações étnico-raciais atribui a brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto coletivo para constituição de uma sociedade justa, igual, equânime. Dessa forma, ao reconhecer a diversidade étnico-racial e promover o diálogo entre diferentes grupos, a educação das relações étnico-raciais busca combater o racismo, a discriminação e as desigualdades sociais.

Ante ao exposto, a presente pesquisa foi desenvolvida na Microregião do Bico do Papagaio que está localizada na região norte do Estado do Tocantins. De acordo com os autores, Brito e Almeida (2017) as áreas rurais dessa região, são habitadas por indígenas, quilombolas, fazendeiros, pequenas propriedades e sem-terra. Por isso, estima-se que 33% da população vivem na zona rural, o que corresponde a uma população em torno de 70 mil pessoas.

A região do Bico do Papagaio apresenta características específicas que podem influenciar a dinâmica das relações étnico-raciais. O fato de ser uma região com uma geografia singular, delimitada pelos rios Tocantins e Araguaia, pode ter impactos no acesso a recursos, serviços e oportunidades para diferentes grupos étnico-raciais que ali residem. Investigar o racismo nesse contexto possibilita compreensão das especificidades dessa região e contribuir para a criação de estratégias de combate à discriminação e promoção da igualdade.

Traçou-se como pergunta norteadora deste estudo, quais as dificuldades enfrentadas pelos (as) professores (as) na abordagem das situações de racismo em sala de aula? E para responder à questão colocada, definiu-se como objetivos identificar e compreender as dificuldades enfrentadas pelos (os) professores (as) do Ensino Fundamental Anos Iniciais na abordagem das relações étnico-raciais em sala de aula de escolas da região do Bico do Papagaio no estado do Tocantins. Bem como, investigar as possíveis lacunas na formação docente. Tendo em vista fornecer subsídios para o desenvolvimento de estratégias e orientações que possam auxiliar os educadores na promoção de um ambiente escolar inclusivo, respeitoso e livre de discriminação.

Metodologia

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de dados obtidos em três municípios da região denominada Bico do Papagaio, extremo norte do estado do Tocantins: Aguiarnópolis, Nazaré e Tocantinópolis em escolas municipais da zona urbana que ofertam o Ensino Fundamental Anos Iniciais. O estudo é qualitativo orientado pelos princípios da interdisciplinaridade cujos dados foram submetidos à análise de conteúdos na perspectiva de Bardin (2015).

O termo análise de conteúdo designa: um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2015, p. 47).

O corpus da pesquisa é composto pelos Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades Escolares (PPPs), os quais foram obtidos junto às Secretarias Municipais de Educação. Para realizar a coleta de dados diretamente dos participantes da pesquisa, foram utilizados questionários, aplicados para 20 professores, contendo 13 questões abertas e fechadas relacionadas ao objeto de estudo.

Nesta pesquisa, a escolha das unidades de registro, leva em conta as características do material (PPP) em relação ao objetivo da análise, identificar como são abordadas as questões étnico raciais. Por isso foram definidas as palavras-chave: formação continuada, direitos humanos, racismo, preconceito, discriminação e diversidade. Na sequência, foi feita a contagem dessas palavras nos textos, através da ferramenta “localizar” disponível para realizar buscas nos arquivos digitais com extensão PDF. Subsequente, foi elaborada uma tabela com os elementos palavras-chave – inserções.

Após a coleta dos dados (no caso, respostas dos professores), os trechos relevantes foram identificados. Esses recortes foram selecionados com base na convergência com o conteúdo semântico, ou seja, foram identificados trechos que tratavam do mesmo assunto ou que apresentavam uma similaridade temática. Após a identificação dos recortes eles foram registrados separadamente. Uma vez que, a separação permite uma análise mais detalhada de cada trecho. E foram usados para estabelecer as categorias analíticas, fundamentais para a análise e interpretação dos dados, que foram organizados por meio do software *ATLAS.TI*.

Análise dos Projetos Políticos Pedagógicos

“O PPP é uma ferramenta que busca a articulação entre teoria e prática, orientando o trabalho pedagógico e favorecendo a formação integral dos estudantes.” (LIBÂNEO, 2013, p. 26). Essa inter-relação entre teoria e prática é fundamental no contexto educacional, pois possibilita que os conteúdos e conhecimentos teóricos sejam relacionados às experiências e vivências concretas dos estudantes. O PPP atua como um guia que direciona o trabalho pedagógico, integrando os objetivos educacionais com as práticas desenvolvidas em sala de aula.

Nesse cenário, a Lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e o Projeto Político Pedagógico (PPP) têm uma relação intrínseca, uma vez que a lei estabelece a obrigatoriedade da inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” nos currículos escolares, enquanto o PPP é o instrumento de gestão que orienta o trabalho pedagógico e a organização da escola. A abordagem da Lei 10.639/2003 é direcionada para a promoção da igualdade racial, o combate ao racismo e a valorização da cultura e história afro-brasileira. Ela visa desconstruir estereótipos e preconceitos, proporcionando aos estudantes uma educação que reflita a diversidade étnico-racial do país, como ressalta,

a Lei propiciou, dentro dos limites postos numa sociedade de extremas desigualdades sociorraciais, uma discussão acerca do racismo estrutural, da luta árdua contra os preconceitos e a

discriminação racial no Brasil, propondo, destarte, a contínua necessidade de reeducação das relações étnico-raciais, via a reconfiguração dos currículos do ensino fundamental e médio, mediante à produção de materiais didáticos, recursos educacionais, centrados numa perspectiva coerente de reconhecimento da diversidade cultural, da valorização da identidade negra, de uma emergente reeducação para as relações étnico-raciais, ao objetivar chegar aos espaços escolares, às comunidades e à sociedade em geral (Colaço; Segundo; Mendes, 2022, p. 22).

Ao incluir esses conteúdos nos currículos, a lei busca contribuir para uma formação cidadã mais inclusiva, crítica e consciente. Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico por sua vez, tem a responsabilidade de articular e operacionalizar as diretrizes estabelecidas pela Lei 10.639/2003 no contexto da escola. Ele é o documento que define os objetivos, metas, estratégias, ações e avaliação do processo educacional, considerando as especificidades da comunidade escolar. Dessa forma, o PPP deve contemplar a inserção da temática da história e cultura afro-brasileira de maneira transversal nos projetos pedagógicos das escolas, integrando-a às demais áreas de conhecimento.

A pesquisa realizada consistiu na análise de quatro Projetos Político Pedagógicos (PPPs) de escolas municipais de Aguiarnópolis, Nazaré e Tocantinópolis. Isto posto, o objetivo principal foi investigar a presença e frequência de palavras-chave relacionadas à formação continuada, direitos humanos, racismo, preconceito, discriminação e diversidade nos PPPs analisados. Para tal finalidade, a contagem das palavras-chave foi realizada por meio da utilização da ferramenta “localizar” em arquivos digitais no formato PDF, conforme descrito na tabela abaixo.

Tabela 1. Análise dos Projetos Político Pedagógicos

PALAVRAS-CHAVE	INSERÇÕES
Formação Continuada	73
Direitos Humanos	4
Preconceito	5
Racismo	2
Discriminação	5
Diversidade	25
Total	114

Fonte: elaboração própria (2023).

Essa análise revelou alguns dados relevantes, como a quantidade de vezes que a palavra-chave “Formação Continuada” um total de 73 inserções nos PPPs analisados. O que indica uma ênfase dada pelos projetos à importância da atualização e capacitação dos profissionais da educação. No entanto, a palavra-chave “formação continuada” se apresenta em um contexto conceitual e teórico, não fica claro a periodicidade, as temáticas, se além das formações que acontecem em parceria com a Secretaria Estadual de Educação –SEDUC e Superintendência Regional de Educação – SRE.

Dessa forma, não é possível perceber nos PPPs as ações de formações promovidas pelas Secretarias Municipais de Educação - SEMEDs. Em contrapartida, as palavras-chave “Direitos Humanos” e “Racismo” tiveram apenas 4 e 2 inserções, respectivamente, sugerindo uma menor abordagem desses temas nos PPPs investigados. A presença de palavras-chave como “Preconceito” e “Discriminação” com 5 inserções cada indica que há uma atenção mínima dada

a essas problemáticas, embora ainda possa haver espaço para uma abordagem mais aprofundada e sistemática sobre o assunto. Por fim, a palavra-chave “Diversidade” teve 25 inserções, indicando uma preocupação das escolas em contemplar a valorização da diversidade cultural e social em seus projetos.

Por outro lado, ao analisar o plano de ação dos PPPs com as estratégias pedagógicas, objetivos e metodologias foi possível identificar apenas uma ação voltada para o Dia dos Povos Indígenas¹ e outra para o dia da Consciência Negra. A partir dessa informação, pode-se fazer uma análise considerando quatro aspectos:

a) o reconhecimento da diversidade com a inclusão de ações relacionadas ao Dia dos Povos Indígenas ao Dia da Consciência Negra indica um reconhecimento da importância de valorizar e celebrar a diversidade étnico-cultural presente na sociedade. Datas essas, vistas como oportunidades para promover a reflexão, o respeito e o reconhecimento das contribuições históricas e culturais desses grupos.

b) sensibilização e conscientização - as ações voltadas para o Dia dos Povos Indígenas e o Dia da Consciência Negra² são considerados meios efetivos para sensibilizar os estudantes e a comunidade escolar sobre questões relacionadas à história, cultura e desafios enfrentados por esses grupos. Essas iniciativas têm o potencial de contribuir para a formação de uma consciência crítica e para o combate ao preconceito e à discriminação.

c) abordagem limitada - embora seja positivo que as datas estejam contempladas no plano de ação, é importante considerar que não se limita apenas a esses eventos específicos.

d) integração com outros temas - é fundamental que as ações para as datas comemorativas sejam integradas a outras iniciativas de maneira transversal, como o respeito à identidade de gênero, a inclusão de pessoas com deficiência, entre outros aspectos.

Dessa forma, no PPP deve ser garantido a educação antirracista ao longo do ano letivo (Freitas, 2018). Sob a ótica de Kabengele Munanga (2011), o combate ao racismo e à discriminação no contexto educacional passa pela inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, como forma de reconhecer e valorizar a contribuição dos afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira.

Análise dos questionários

As professoras participantes da pesquisa são habilitadas para a docência com curso de Licenciatura em Pedagogia ou Curso Normal Superior, e ao concordarem em participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido - TCLE. Na sequência, o questionário com 13 questões abertas e fechadas, foi aplicado a 20 professoras, dos municípios de Aguiarnópolis, Nazaré e Tocantinópolis. Nas escolas pesquisadas não há professor do sexo masculino ministrando aulas, somente em funções administrativas.

A primeira questão do questionário a ser analisada é “a Escola que você trabalha promove formações /discussões acerca das temáticas: etnia, racismo, preconceito e inclusão? Qual a frequência?”. De acordo com a perspectiva de Laurence Bardin (2011), foi possível categorizar as respostas e identificar categorias com base nas respostas dadas e agrupar as professoras em cada uma delas.

¹ Lei 14.402, de 8 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.senado.leg.br>

² Lei 14.759 de 21 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.senado.leg.br>

Tabela 2. Respostas das professoras

CATEGORIAS	RESPOSTAS
Promoção de formações/ discussões	Prof. 1: “Sim
	Prof. 4: “Sim, meu projeto de pesquisa abordava o assunto”
	Prof. 5: “Sim, em disciplinas específicas
	Prof. 6: “Sim. Trabalho uma vez no ano. Agora em novembro.”
	Prof. 7: “Sempre.”
	Prof. 9: “Sim. Semestral”
	Prof. 10: “Sim”
	Prof. 11: “Sim com frequência”
Periodicidade:	Prof. 12: “Sim. Anual”
	Prof. 6: “Trabalho uma vez no ano. Em novembro.”
	Prof. 9: “Semestral”
Falta de promoção	Prof.12: “Anual”
	Prof 3: “A Escola não realizou;”
	Prof 8: “Não”
	Prof 13: “Não Promove”
	Prof 14: “Não Promove

Fonte: elaboração própria (2023).

Com base nas categorias da tabela acima, pode-se observar uma variedade de respostas em relação à promoção das temáticas de etnia, racismo, preconceito e inclusão na escola, haja visto, que algumas professoras afirmam que a escola promove discussões de forma regular ou em momentos específicos, enquanto outros indicam ausência de ações voltados para os temas citados acima. Essa análise ressalta a diversidade de abordagens e práticas existentes na escola em relação a essas questões.

Nessa perspectiva, Gomes (2021) reforça que a formação de professores esteja comprometida com a promoção da igualdade racial e com a desconstrução de estereótipos e preconceitos, visto que, os professores desempenham um papel fundamental na construção de uma educação antirracista, que valorize a diversidade étnico-racial e combata as desigualdades presentes no sistema educacional.

Afim de promover uma educação que enfrente as estruturas e práticas racistas, e que valorize a história e a cultura afro-brasileira, contribuindo para a construção de identidades positivas e para o respeito à diversidade.

O questionário buscou saber das professoras qual seria a atitude delas diante da situação de racismo em sala de aula a seguir: “O estudante David estava assistindo a uma aula cujo tema era a colonização do Brasil. O professor Cássio pergunta aos estudantes se algum deles sabia a razão da vinda dos africanos para o Brasil na condição de povos escravizados. David logo se apressou em mostrar os conhecimentos que havia adquirido nos anos anteriores e responde confiante: “ora, professor Cássio, os índios que aqui habitavam eram preguiçosos e fracos para o trabalho na plantação de cana-de-açúcar. Então, os colonizadores foram buscar a mão de obra na África porque os negros eram mais fortes e aptos ao trabalho pesado, além de serem menos inteligentes e por isso aceitaram melhor a condição de escravos!” No lugar do Professor Cássio, eu tomaria a seguinte atitude...

Ao analisar a resposta das professoras diante da situação apresentada, pode-se identificar as categorias subsequentes.

- 1 - Negativa da afirmação de David.
 - a) Prof. 1: “Não”
 - b) Prof. 2: “A história distorce e que isso não é verdade”
- 2 - Diálogo e discussão em sala de aula.
 - a) Prof. 3: “Conversaria sobre o tema com a turma”
- 3 - Enfatizar a capacidade de todos os povos
 - a) Prof. 4: “Eles eram capazes como qualquer outra pessoa”
- 4 - Explicação sobre a colonização e libertação dos escravos:
 - a) Prof. 5: “Não. Eu tomaria a atitude de explicar sobre a colonização e libertação dos escravos”
- 5 - Conscientização sobre a injustiça vivida pelos negros e igualdade:
 - a) Prof. 6: “Tentaria conscientizá-lo da injustiça que os negros viveram durante anos e que todo ser humano merece ser tratado com igualdade;
- 6 - Reconhecimento parcial da afirmação de David
 - a) Prof. 8: “Diria que em parte ele estava certo. Os indígenas conheciam bem a floresta e se escondiam. Já os negros africanos não, e por isso tiveram a má sorte de não conhecerem a mata nativa”
- 7 - Explicação da aula de acordo com o tema questionado:
 - a) Prof. 9: “Sim. Eu explicaria a aula de acordo com o tema questionado”
- 8 - Sem resposta:
 - a) Prof. 1, Prof. 10, Prof. 12
- 9 - Cabe intervenção:
 - a) Prof. 11: “Cabe intervenção”

Os resultados evidenciam categorias com diferentes atitudes que as professoras poderiam tomar em relação à resposta errônea do estudante David. As abordagens variam desde a negação direta da afirmação até a promoção do diálogo, da conscientização e da correção dos estereótipos apresentados. Ademais, a presença de não respostas ou que mencionam a necessidade de intervenção indica a possibilidade de ações mais específicas serem tomadas, mas não especifica exatamente como seriam conduzidas. É importante ressaltar que a análise de conteúdo se baseia nas respostas apresentadas e não leva em consideração a intenção ou os recursos disponíveis para cada professor em seu contexto específico.

Por conseguinte, a questão hipotética: Na sala de aula, o que você faria se um (a) estudante chamasse o cabelo da outra (o) de feio?

Parte inferior do formulário

Prof. 1- Diria que as diferenças são importantes e devemos respeitar;

Prof. 2- Que todos somos diferentes e ninguém é igual;

Prof. 3- Falar sobre respeito;

Prof. 4- Chamando atenção;

Prof. 5- Focando que o preconceito não faça parte do nosso cotidiano

Prof. 6- Respeitando assim todos;

Prof. 7- Somos todos iguais

Prof. 8- Professor Mediador e como ação a intervenção;

Prof. 9 -Reclamação

Prof. 10 Conscientizar que somos diferentes mais todos devemos aceitar e respeitar o outro.

Prof. 11 Conversaria com os dois.

Prof. 12 Cada um nasce com sua beleza natural.

Prof. 13 Eu tomaria a atitude de trabalhar sobre racismo e preconceito com a turma.

Prof. 14 Que ã existe cabelo feio, existe apenas cabelo temporariamente mau cuidado.

Prof. 15 Chamaria sua atenção ninguém tem cabelo feio. E sim deferente.

Prof. 16 Eu chamaria a atenção do aluno e explicaria para a turma sobre os problemas que a sociedade enfrenta devido o racismo.

As respostas foram categorizadas em grupos que representam os principais temas abordados:

1) valorização das diferenças e respeito - professoras 1, 2, 3, 5 e 6 enfatizam a importância de valorizar as diferenças e respeitar o outro, destacando que todos são diferentes e únicos. Focam na promoção do respeito e na conscientização de que o preconceito não deve fazer parte do cotidiano.

2) mediação e intervenção do professor - professoras 4, 8, 11 e 16 mencionam a necessidade de intervenção do professor na situação. Propõem chamar a atenção do aluno, conversar com os envolvidos ou explicar para a turma sobre os problemas que a sociedade enfrenta devido ao racismo. Essas respostas refletem o papel do professor como mediador e facilitador de discussões sobre preconceito e racismo.

3) valorização da autoestima e beleza natural - professoras 12, 14 e 15 trabalham a questão da autoestima e da valorização da beleza natural. Afirmam que não existe cabelo feio, mas sim cabelos diferentes e únicos, e enfatizam que cada pessoa nasce com sua própria beleza.

4) trabalho sobre racismo e preconceito - professoras 9 e 13 mencionam a importância de trabalhar sobre o tema do racismo e preconceito com a turma. Elas propõem abordar o assunto de forma mais ampla, promovendo conscientização e reflexão sobre essas questões.

5) ausência de respostas críticas e estratégias aprofundadas - não é possível identificar respostas que vão além da valorização das diferenças e do respeito, nem menciona estratégias mais aprofundadas para trabalhar com questões de racismo e preconceito. É relevante explorar objetos de conhecimentos que estimulem a reflexão crítica, a conscientização histórica e social e o combate às estruturas de discriminação

Contudo, essas categorias permite identificar os temas comuns nas respostas das professoras, fornecendo uma visão geral adotada para lidar com a situação em sala de aula. De acordo com Laurence Bardin (2011) a Análise de Conteúdo visa agrupar as respostas com base nos temas emergentes e não busca atribuir valor às respostas em si.

Isto posto, o questionário também buscou saber das professoras quais são as dificuldades encontradas para trabalhar com a educação étnico-racial e a história da África, foi possível observar diferentes aspectos levantados. Parte superior do formulário

Parte inferior do formulário

Tabela 3. Respostas das professoras

RESPOSTAS DAS PROFESSORAS	ANÁLISE
Prof. 1 - Ainda não abordei o assunto na sala de aula.	A professora reconhece que ainda não abordou a temática da educação étnico-racial e história da África em suas aulas.
Prof. 2 - Processo bem delicado	Considera o processo de abordagem desses temas como delicado, indicando que pode haver desafios ou dificuldades ao trabalhá-los.
Prof. 3 - Saber lidar com esses tipos de comportamento	A professora destaca a necessidade de saber lidar com os comportamentos que podem surgir durante o ensino desses temas, sugerindo que podem ocorrer reações ou atitudes desafiadoras por parte dos alunos.

Prof. 4 - Focando no que é certo e errado	Menciona a importância de focar no que é correto e errado ao abordar a educação étnico-racial e história da África, sugerindo a necessidade de estabelecer parâmetros e orientações claras para tratar desses assuntos.
: Prof. 5 - Respeitando, conversando	Destaca a importância do respeito e da comunicação para lidar com esses temas, indicando a necessidade de promover diálogos e debates construtivos
Prof. 6- materiais e à limitação da estrutura física da escola para a realização de atividades extracurriculares	A professora destaca que a escola é pequena, o que pode afetar as possibilidades de abordagem desses temas de forma mais ampla.
Prof. 7 - Não sinto dificuldade	A professora afirma que não sente dificuldades ao trabalhar com a educação étnico-racial e história da África
Prof. 8 - Preciso estudar mais sobre o assunto	O professor reconhece a necessidade de aprofundar seus conhecimentos sobre os temas da educação étnico-racial e história da África.
Prof. 9 - Delicado a abordagem	Essa professora também considera a abordagem desses temas como delicada, sugerindo a existência de desafios específicos
Prof. 10 - Falta de material	A professora aponta a falta de material como uma dificuldade para trabalhar com a educação étnico-racial e história da África.
Prof. 11 - Material e estrutura física	Essa professora menciona as dificuldades relacionadas à falta de material e à estrutura física da escola, sugerindo que isso pode afetar o ensino desses temas

Fonte: elaboração própria (2023).

Observa-se, a partir da análise, que, é possível identificar algumas dificuldades comuns mencionadas pelas professoras, como a falta de material adequado, a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre os temas, a complexidade da abordagem, a falta de estrutura física e a possibilidade de comportamentos desafiadores por parte dos alunos. Além disso, não fica evidente nas respostas das professoras ações didáticas e sistematizadas.

A vista de superar esses desafios, os autores Munanga (2011); Gonçalves e Silva (2020); Gomes (2019); Silva (2021) e Freire (2011) compartilham as mesmas ideias ao afirmarem da importância de investir em formação continuada para os professores, promover um ambiente de diálogo e reflexão, envolver a comunidade escolar, criar parcerias com instituições e especialistas na área, e desenvolver e disponibilizar materiais e recursos específicos para a educação antirracista.

Nesse prisma, é fundamental reconhecer e confrontar os próprios preconceitos e privilégios para que os professores possam se engajar plenamente na construção de uma educação antirracista.

Considerações Finais

Com o referido estudo, o que o renomado antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga (2005) evidencia no livro: Superando o Racismo na Escola, no qual cita que a falta de preparo, deve ser considerada como reflexo do mito da democracia racial existente no Brasil e compromete o objetivo principal do processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis pelo futuro do amanhã. Por essa razão, a importância da educação em uma sociedade onde o conhecimento é cada vez mais valorizado torna-se algo de grande relevância. As escolas tornaram-se

entidades responsáveis pela propagação do conhecimento e consequentemente dos pressupostos que irão servir como meio de ascensão social para o cidadão.

Da análise Projetos Políticos Pedagógicos, não foram identificadas orientações que direcionem as atividades e ações da escola para além das datas comemorativas. Deve-se incorporar de maneira clara, objetiva e prática as questões antirracistas nesses documentos.

Quanto observação dos questionários, a análise sugere que existe um entendimento geral de que a escola dispõe de algum material didático abordando questões étnico-raciais. No entanto, muitos acreditam que a quantidade e qualidade desse material não são adequadas para atender completamente às demandas. Isso pode indicar a necessidade de aprimorar a disponibilidade e a adequação do material didático, a fim de proporcionar uma educação mais inclusiva e abrangente sobre a diversidade étnico-racial na escola. Outro ponto é ausência de abordagem didática nas respostas, as professoras dizem o que fariam, mas não indicam uma ação didática sistematicamente planejada, organizada tal como pesquisa, roda de conversa, definição de termos, mostra fotográfica e dentre outras estratégias de intervenção.

Após este percurso metodológico e a partir da internalização dos principais fundamentos, foi apresentado o Manual Técnico no intuito de auxiliar educadores, gestores escolares e profissionais da educação a promoverem uma educação antirracista e inclusiva, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes da importância da igualdade racial e da diversidade.

Vislumbra-se como oportunidades de continuação desta pesquisa a investigação mais aprofundada das percepções dos docentes em relação a promoção da educação antirracista. Explorar como a formação continuada dos professores pode ser direcionada para possibilitar a abordagem das questões étnico-raciais em sala de aula seria um passo significativo. A análise comparativa entre diferentes escolas na região do Bico do Papagaio também poderia enriquecer o entendimento das melhores práticas e desafios enfrentados.

Outra direção interessante seria a avaliação do impacto dessas ações no ambiente escolar e no desempenho dos estudantes, identificando possíveis mudanças de atitudes e resultados acadêmicos. O envolvimento da comunidade escolar e dos pais nas iniciativas antirracistas pode ser explorado como um fator influente para o sucesso dessas abordagens.

A continuidade desta pesquisa pode envolver uma ampla gama de perspectivas, desde a análise mais aprofundada de questões específicas até a implementação e avaliação de estratégias práticas em sala de aula, sempre com o objetivo de promover uma educação mais inclusiva, sensível e antirracista.

Referências

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 9 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 19.639/2003. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 mar. 2008.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEPPIR, 2004.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 03/2004**, de 10 de março de 2004. Brasília: MEC, 2004a.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 01/2004**, de 17 de junho de 2004. Brasília: MEC, 2004b.

BRASIL. **Orientações e ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: MEC/Secad, 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD; SEPPPIR, 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394, DE 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 de dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 8 out. 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014a. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005. Acesso em: 17 junho. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em: 18 out. 2021.

COLAÇO, S.; SEGUNDO, M. das D. M. .; MENDES, J. E. . A Lei 10.639/03 e os Desafios para Professores(as) de História em Caetano/CE. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e022066, 2022. DOI: 10.24065/2237-9460.2022v12n1ID1757. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1757>. Acesso em: 30 jun. 2023.

DE BRITO, Eliseu Pereira; DE ALMEIDA, Maria Geralda. Sentido e organização do trabalho das quebradeiras de coco no Bico do Papagaio, Tocantins. **Geosul**, v. 32, n. 63, p. 229-249, 2017

FREITAS, E. F. S. **Significações constituídas pelas equipes gestoras sobre as relações de igualdade racial na escola**. 184 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) PUC,São Paulo, 2018.

GOMES, N. L. (2012). Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. **Retratos Da Escola**. 2(2/3). <https://doi.org/10.22420/rde.v2i2/3.127>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Populacional, 2000 e 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/> acesso em 20 de julho de 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. rev. ampl. Goiânia: MF Livros, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Recebido em 23 de janeiro de 2023.
Aceito em 30 de junho de 2023.